

A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES ASSENTADAS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO PDS BOA ESPERANÇA

Ana Maria Rodrigues de Carvalho; Carolina Villas Boas; Daiane P. M. M. de Lazari
Universidade Estadual Paulista - Unesp - Faculdade de Ciências e Letras de Assis
anamaria@assis.unesp.br; carolvb93@gmail.com; daianedelazari@gmail.com
GT 3 - Relações de gênero e étnico-raciais

INTRODUÇÃO

A reforma agrária no Brasil, conforme consta das diretrizes estabelecidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, implantado em 2003, “[...] é parte de um projeto nacional de desenvolvimento, massivo e de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos.” (INCRA).

Neste sentido, a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável integra os objetivos do plano, voltados para a viabilidade econômica, a segurança alimentar e nutricional, e a sustentabilidade ambiental, de modo a garantirem o acesso a direitos e a promoção da igualdade. Prevê, ainda, que se coloquem à disposição das famílias assentadas os meios necessários para que possam realizar a exploração econômica da terra, bem como gerar renda, visando uma vida digna, a saber:

[...] crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infra-estrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais.(INCRA, II PNRA, P. 15)

O PNRA reconhece, entre outras particularidades e aspectos, a necessidade de abordagens dirigidas à superação da desigualdade imposta às mulheres e aos jovens. Conquistas crescentes, desde a titulação conjunta obrigatória da terra (Portaria INCRA 981, de 02/10/2003) aos ajustes de procedimentos para inscrição de candidatas ao PNRA, participação das mulheres independente do estado civil e a prioridade para chefes de famílias (Instrução Normativa INCRA nº 38, 13/03/2007). A titulação da terra significa a garantia de um importante direito para as mulheres.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS é uma modalidade de assentamento criada para “[...] o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigido para populações tradicionais (ribeirinhos, comunidades extrativistas, etc. [...])” (INCRA). No entanto, no interior paulista, no Território da Cidadania Pontal do Paranapanema, região com muitos assentamentos, foi criado, em 15/12/2006, o PDS Emergencial Boa Esperança, em área de preservação permanente - APP, no município de João Ramalho. Conforme dados do Incra (INCRA, s/d), atualizados no final de 2017, em área com 53,2 hectares, foram assentadas vinte e seis famílias. Cabe destacar que na modalidade PDS a titulação é coletiva, não havendo individualização de parcelas. Essa condição, em geral, contraria as expectativas das/os assentadas/os¹ de terem a titulação individual da terra, interpondo-se como mais um dos obstáculos a serem por eles superados. Ainda assim, os lotes, conforme as famílias foram montando uma estrutura física para produção, em geral, entorno da casa construída, as áreas foram sendo delineadas em comum acordo entre elas. A cada família coube a parcela de terra de 17.600 metros quadrados, aproximadamente, área pequena que restringe, segundo as/os assentadas/os, suas perspectivas de produção.

Em 2009, com incentivo e apoio da equipe do INCRA, 20 agricultoras/es constituíram a Cooperativa de Agricultores Agroecológicos de Boa Esperança - COOAABE². Juntos, uma parte deles tem participado do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, além de comercializarem seus produtos hortifrutigranjeiros em feiras nos municípios da região, ou ainda, por meio da Rede de Comercialização Solidária “Trem Bão”, uma estratégia que articula diretamente produtoras/es e consumidoras/es do município de Assis. A cooperação entre eles se expressa principalmente nas atividades de comercialização, sendo que na produção, suas práticas associadas, em geral,

¹ Adotaremos na escrita do texto, com o propósito de contribuir para o uso de uma linguagem que reconheça e promova a igualdade de direitos entre homens e mulheres, as orientações contidas no "Manual para uso não sexista da linguagem". Rio Grande do Sul, Governo do Estado, Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3034366/mod_resource/content/1/Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

² Em 2017, a COOAABE atualizou seu quadro de associados, excluindo os que dela não participavam ativamente, bem como incluindo produtoras/es de outros assentamentos da região, com o propósito de fortalecer as/os agricultoras/es familiares e suas produções, inclusive facilitar o acesso às políticas públicas.

ocorrem apenas em âmbito familiar. No entanto, realizam atividades de apoio mútuo, em ocasiões especiais, por meio de mutirões, por exemplo.

Desde o início de sua constituição, ainda em 2009, a Cooperativa tem sido assessorada pela equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis, visando à capacitação e formação dos produtores para o trabalho coletivo e a gestão democrática, bem como a elaboração de projetos para acesso às políticas públicas.

Relações de proximidade foram sendo construídas ao longo dos últimos nove anos entre os cooperados da COOAABE e membros da equipe da Incop Unesp Assis, da qual as pesquisadoras fazem parte. O trabalho de campo de assessoria semanal ao empreendimento, seu acompanhamento, suas discussões, em vários momentos, ao fazerem emergir o cotidiano vivenciado pelas/os agricultoras/es, ensejaram também o desejo por um olhar mais científico, uma coleta de dados mais específica, cuja sistematização pudesse contribuir para uma melhor compreensão daquela realidade.

UM OLHAR SOBRE AS COOPERADAS/OS DA COOAABE

O presente trabalho decorreu da pesquisa que teve por objetivo identificar o perfil socioprofissional de agricultoras/es familiares organizadas/os na COOAABE, PDS Boa Esperança, município de João Ramalho, no Pontal do Paranapanema. Participaram da pesquisa dez sujeitos, os quais integram a cooperativa desde sua constituição, ressalvada a situação de um deles que participava informalmente, pois, apenas sua companheira era cooperada, sendo que após seu falecimento, passou a integrar formalmente o quadro da cooperativa.

O levantamento de dados foi realizado por meio de entrevistas individuais, guiadas por roteiro semiestruturado, contendo questões objetivas e outras abertas possibilitando livre discurso. A Análise de Conteúdo (BARDIN: 2006), especialmente por meio da categorização das comunicações dos sujeitos, possibilitou decodificá-las, sistematizá-las e, conseqüentemente, alcançar seus significados.

A apresentação da proposta do estudo às/aos agricultoras/es ocorreu em reunião da cooperativa, tendo sido plenamente aceita e autorizada pelos presentes. A justificativa estava centrada na importância que teria o conhecimento do perfil socioprofissional ao possibilitar-

lhes reconhecerem-se enquanto trabalhadoras/es, unidades familiares produtivas e ainda, coletivo de trabalho organizado a partir de princípios democráticos e solidários.

Por outro lado, a presença das mulheres nas atividades que acompanhamos no assentamento, tais como, reuniões, assembleias, produção, feiras, redes, oficinas de capacitação, inclusive nos conselhos da Cooperativa e em colegiado regional, sempre se destacou, chamando nossa atenção. Essa realidade levou-nos, no presente artigo, a dar ênfase às compreensões que as agricultoras têm sobre o papel das mulheres no cotidiano familiar, da cooperativa e da agricultura familiar. Buscamos na Teoria de Representações Sociais (MOSCOVICI: 1978) a base para identificarmos essas construções e significações.

As representações sociais, conforme Jodelet (1989)³ citada por Sá (1993:32), “[...] são uma forma de conhecimento elaborada e partilhada socialmente, tendo uma visão prática e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Trata-se de tornar o desconhecido, familiar, tanto na esfera psicológica, quanto social, dando-lhe uma face figurativa e uma simbólica. A face figurativa corresponde ao objeto e a simbólica, ao sentido atribuído pelo sujeito ao objeto.

A representação é constituída pela relação do sujeito com o objeto representativo, não como mero reflexo do mundo em sua mente e sim como um fenômeno colado ao social, ou seja, um processo de objetivação e de ancoragem. Objetivação ao transformar o abstrato em concreto, real, aquilo que não existe, o desconhecido, em algo objetivo. Ancoragem ao trazer o conceito para o contexto do grupo, incluindo-o na categoria de “imagem comum”. O desconhecido é nomeado, dando sentido àquilo que não tinha nome nem significado, tornando possível imaginá-lo e representá-lo. Desse modo, ocorre a assimilação das imagens construídas na objetivação com a consequente consolidação de um registro simbólico. A ancoragem é um processo de familiarização do que é novo, transformando-o em um conhecimento capaz de influenciar outras pessoas, revelando-se como uma verdade para certo grupo, neste sentido, envolve juízo de valores, confrontando antigo e novo. (JOVCHELOVITCH, 2003).

Os dados levantados junto às/aos cooperadas/os foram organizados a partir de duas temáticas, ainda que interdependentes, de modo a dar visibilidade ao perfil socioprofissional

³ JODELET, D. Représentations sociales: phénomènes, concept et theorie. In: MOSCOVICI, S. (ed). Psychologie sociale. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

daquele grupo de agricultoras/es, bem como às representações sobre o papel da mulher na família, na produção, no assentamento e na cooperativa.

Perfil socioprofissional: agricultoras/es da COOAABE - PDS Boa Esperança

Neste texto estamos considerando perfil socioprofissional das/os assentadas/os o conjunto das seguintes características: sexo, gênero, idade, raça/etnia, escolaridade, estado civil, número de filhos, composição familiar, experiências anteriores de trabalho, tempo de acampamento, de assentamento e fatores determinantes de terem se tornado assentadas/os.

A presença marcante das mulheres no grupo de entrevistas/os, em números, conforme declarado, foi de sete mulheres (e apenas três homens). Com relação à faixa etária, prevalece a de 50 a 59 anos, havendo uma cooperada com 71 anos e as/os demais com menos que 50 anos.

Quando questionadas/os com relação à raça e etnia, 60% identificaram-se como não branca/o, declarando-se como morena/o clara/o, preta/o, negra/o, parda/o, etc, enquanto que 40% reconhecem-se enquanto brancas/os.

Quanto ao nível de escolaridade, constatamos um quadro com oito cooperadas/os que frequentaram o Ensino Fundamental, sendo que seis delas/es cursaram apenas as séries iniciais e duas/ois até as séries finais. Um cooperado concluiu o Ensino Médio, ademais, uma cooperada declarou-se como não alfabetizada .

A grande maioria dos participantes considera-se casada, independentemente do aspecto formal, sendo que apenas duas/ois dizem ser solteiras/os. Quatro desses cooperadas/os formam dois casais heteronormativos,

Entretanto, ainda que a maioria das/os entrevistadas/os viva com uma/um companheira/o, a composição familiar é diversa, com a participação de neta, irmãos e mãe, com predominância da presença dos filhos, corroborando os dados do censo demográfico, no qual 55,9% (IBGE, 2012) das famílias brasileiras rurais tem composição familiar constituída por “casal com filhos”. Apenas um assentado, viúvo, vive sozinho.

Abaixo, apresentamos a composição das oito famílias participantes do estudo, de acordo com os tipos adotados pelo IBGE (2012).

Tipo	Qtde
Casal sem filho(s)	2
Casal sem filho(s) e com parente(s)	1
Casal com filho(s)	2
Casal com filho(s) e com parente(s)	1
Mulher sem cônjuge com filho(s)	1
Outro (homem sem cônjuge, sem filho e sem parente)	1

Tabela 1. Composição familiar cooperadas/os COOAABE

Cabe destacar que com relação ao número de filhos, ainda que a grande maioria não resida com sua mãe, a média de filhos por mulher é de 4,2, sendo que uma tem dez filhas/os e três têm duas/ois filhas/os.

A constituição familiar reflete-se na contextualização do trabalho em cada lote do PDS Boa Esperança, sendo que apenas três das/os entrevistadas/os disseram trabalhar sozinhas/os. As/os demais compartilham o local de trabalho com as/os companheiras/os, filhos, irmão, e em alguns casos, até com ajudantes contratadas/os eventualmente.

Metade dos lotes possui mais do que uma casa construída, sendo que um, com duas casas, pertence a um dos casais entrevistados. Também há dois lotes com três casas e um lote com cinco casas. Em todos os lotes com mais de uma casa há a presença de filhas/os como moradores.

Com relação ao acesso ao crédito, as/os assentadas/os foram beneficiados pelo Programa Crédito de Instalação, cujo objetivo é proporcionar condições satisfatórias de instalação aos assentados. Todas/os assentadas/os entrevistadas/os alcançaram, de alguma forma, o Crédito de Instalação, como o Apoio Inicial (I, II) e Fomento (I, II) e Crédito de Fomento a Mulher, na categoria de Apoio Mulher⁴. Do mesmo modo, todos os lotes receberam o Auxílio Moradia. Também houve um acesso ao Auxílio Maternidade.

⁴ Crédito Instalação, definido pelo Decreto 9.424/2018 se dá, progressivamente, em três ciclos: O 1º Ciclo compreende o Apoio Inicial I e o Apoio Inicial II e, Fomento I e Fomento II e o Fomento Mulher; o 2º Ciclo possibilita o acesso ao Crédito de Inclusão Produtiva, e por fim, o 3º Ciclo diz respeito à Estruturação Produtiva, com o Programa Mais Alimentos Reforma Agrária, por exemplo. (INCRA, s/d),

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma política pública que “[...] tem como propósito financiar projetos que gerem renda aos agricultores familiares com taxas de juros reduzidas.” (FETRAEP: 2016? p.6) Entretanto, apenas quatro cooperadas/os participaram dessa política pública, tendo recebido o valor de R\$ 25.000,00 cada.

No geral, essas/es agricultores participaram de programas de acesso ao mercado, previstos no PRONAF. Pela terceira vez, por meio da COOAABE, participam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem por objetivo “promover o acesso a alimentos às populações em situação de segurança alimentar e a inclusão social e econômica no campo, por meio da agricultura familiar”. (D’ÁVILA: 2016). Quatro das/os cooperadas/os também participam ou já participaram do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que reserva 30% da renda dos repasses do Fundo Nacional de Educação (FNDE) para a Agricultura Familiar.

Por outro lado, três cooperadas/os participam há seis anos do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), programa do Governo do Estado de São Paulo, por meio do qual o Estado torna-se o principal comprador dos produtos da Agricultura Familiar, repassando-os para órgãos estaduais, como presídios e hospitais.

Com o propósito de conhecer os caminhos percorridos pelas/os agricultoras/es na construção da identidade de assentada/o, investigamos suas vivências em acampamentos. Com exceção de uma agricultora, todas/os as/os demais acamparam antes de se tornarem assentadas/os no PDS Boa Esperança. A maioria passou, pelo menos, por um acampamento, havendo quem tenha passado por até três deles. O tempo total de permanência em um acampamento se deu de forma variada, compreendendo a faixa de menos de um ano até mais de 10 anos. Em continuidade, nos foi possível a aproximação acerca do porquê acamparam, e todos discorreram, com suas singularidades, sobre o sonho da terra própria, de ter a sua “casinha”, de plantar e de conseguir garantias “em ter o que comer”. Todas/os entrevistadas/os disseram ter chegado até os acampamentos por convite de amigas/os, vizinhas/os e conhecidas/os. A cooperada que não havia acampado chegou diretamente para se tornar assentada no PDS Boa Esperança, por convite de pessoas que já participavam do movimento e lutavam por aquele espaço de terra.

Tornar-se assentada/o, para esse grupo, em geral, se expressa na representação social de alternativa para vida. Uma construção social que se dá a partir de um cotidiano de vida difícil, permeado pela luta travada junto aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, acesso à terra. Representação social que expressa a forma como passaram a compreender e a se engajarem na luta e assim realizar o sonho do acesso à terra. Apesar de não ter ocorrido sua plena realização, como ocorreu com os assentados no PDS Boa Esperança.

As famílias entrevistadas possuem renda familiar bastante diversificada, em geral, resultante da comercialização de hortifrutigranjeiros e alimentos processados artesanalmente, como queijos, pães, roscas, bolos, molhos de pimenta, melado, caldo de cana, doces e temperos caseiros. Além de comercializarem a produção em feiras, supermercado, pelas ruas da cidade, na Rede de Comercialização Solidária “Trem Bão”, entregam em projetos como PAA, PNAE, PPAIS. Em geral, as famílias contam com outras fontes de renda, sendo que mais de uma pessoa contribuem para a renda familiar. Na tabela abaixo, apresentamos os dados das famílias, de modo a agrupar e dar visibilidade à composição familiar, fontes de rendimento, renda familiar e renda per capita.

Família	Componentes Familiares	Geram renda	Trabalham no lote	Trabalham fora	Benefícios (R\$)	Renda Familiar (R\$)	Renda per capita (R\$)
A	2	2	2	1	954,00	4.310,00	2.155,00
B	1	1	1		954,00	1.514,00	1.514,00
C	2	2	2			2.660,00	1.330,00
D	3	2	2			3.600,00	1.200,00
E	6	2	2	1		4.500,00	750,00
F	5	3	3		1.908,00	2.268,00	453,66
G	3	1	1		954,00	1.274,00	424,66
H	3	1	1		160,00	480,00	160,00

Tabela 2. Composição familiar, fontes de renda, renda familiar, renda per capita.

A renda per capita familiar resulta do entrelaçamento de alguns determinantes, tais como: a proporção direta entre o número de pessoas que contribuem para a formação da renda e o número de pessoas que dela sobrevivem; a quantidade de pessoas que acumulam o

trabalho na produção no lote com trabalhos externos; o recebimento de benefícios, especialmente aposentadoria e pensão.

Atualmente, há duas famílias de cooperadas/os que têm na composição da renda mensal salários recebidos por trabalhos externos à área rural. São empregos formais, com registro na CTPS, em atividades ligadas à produção industrial ou à prestação de serviços. Destaca-se um agricultor que, além de trabalhar no lote, trabalha em uma indústria, há mais de 18 anos, tendo iniciado antes mesmo de se tornar assentado.

Algumas famílias têm na composição da renda o recebimento de benefícios, tais como aposentadorias, pensões por morte e benefício de prestação continuada - BPC. Em um dos casos, a aposentadoria é da própria assentada, em outro, da mãe. As pensões são do pai e da companheira. Uma assentada, a de maior idade do grupo, recebe o BPC. Com exceção da família que recebe o BPC, nos demais casos, a presença dos benefícios corresponde à maior parcela da renda familiar. Apenas uma assentada recebe Bolsa Família, sendo que se trata da família que possui menor renda per capita.

Há duas famílias, uma das quais, esposa e marido são cooperados, que têm igual número de contribuintes e usufruintes da renda, duas pessoas. Duas das assentadas geram sozinhas, as rendas para suas famílias, ambas constituídas por três componentes. Uma das famílias tem três contribuintes na renda e cinco componentes. E ainda, uma família com dois contribuintes na renda para seis familiares.

Importante esclarecer que entre as famílias que têm maiores rendas, especialmente advindas do trabalho no lote, encontram-se as que acessaram o PRONAF para investimento na produção.

Ao procurarmos traçar os históricos profissionais das/os cooperadas/os, constatamos a predominância de experiências de trabalhos anteriores no meio rural, sejam mulheres ou homens, tanto em condições informais (trabalho autônomo e para subsistência), quanto formalmente com registro na carteira de trabalho – CTPS. Mostraram-se presentes também, experiências de trabalho como operador de máquinas, costureira, motorista, gari, etc. Cabe destacar que para as mulheres, o trabalho doméstico em casa de terceiros também foi muito frequente, sendo um único caso com registro em CTPS. Duas delas nunca tiveram experiência de trabalho no mercado formal, com registro em CTPS.

Participação das mulheres da COOAABE na agricultura familiar

Considerando nosso propósito de apreender as compreensões que as agricultoras têm sobre o papel das mulheres no cotidiano familiar, da cooperativa e no PDS, agrupamos por temas as informações levantadas. As vivências dos grupos familiares em questão convidam para as discussões acerca da divisão sexual do trabalho; da diferença entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo, da presença da dupla jornada de trabalho das mulheres, entre outras.

A análise das representações nos discursos foi embasada na perspectiva da existência da divisão sexual do trabalho, na medida em que esse é generificado (Fonseca, 2000), ou seja, temos o gênero como categorizador das atividades laborais. Importante ressaltar, que, assim como nos demais cenários sociais, esse atravessamento de gênero vem interseccionado por outros marcadores sociais, como raça/etnia, classe, sexualidade, etc.

Gênero, segundo Saffioti (1992), é uma construção social binária que estabelece relações de poder desiguais entre homens e mulheres partindo do pressuposto biológico de sexo (feminino/masculino), no qual a figura masculina é supervalorizada com relação à feminina. Dessa forma, perpetua-se a ideia de que as diferenças biológicas entre homens e mulheres definem as desigualdades sociais entre os mesmos, ao passo em que, concomitantemente, cria-se um roteiro de comportamentos a serem seguidos, correspondente a cada expressão de gênero. Como gênero é uma construção social, os cenários da sociedade serão influenciados pelos desdobramentos dessa construção, ocorrendo, então, no âmbito do trabalho, o que configura a reprodução das desigualdades e dos roteiros referentes à relação binária de gênero entre os sujeitos.

Como anunciamos anteriormente, no grupo de dez agricultoras/es entrevistadas/os, sete declararam-se mulher quanto à identificação de gênero. Presença significativa quantitativamente falando, diretamente proporcional ao nível de participação das mulheres nas atividades que ocorrem no PDS, na COOAABE, bem como na vida produtiva e familiar.

Muitas mulheres, nas entrevistas, prontamente negaram ou alegaram não perceber a existência de diferenças entre o trabalho realizado por elas e o realizado pelos homens. Entretanto, no desenrolar das entrevistas as diferenças foram aparecendo de forma mais espontânea em seus discursos. Em geral, elas reconhecem a enorme carga de trabalho que

assumem, a despeito de afirmarem que o trabalho pesado é realizado pelos homens. Fazem apontamentos diretos, por vezes, contraditórios entre si, tais como: “No caso, a mulher trabalha mais...”; “Meu marido fala que trabalho demais...”; “Minhas responsabilidades é (sic) até demais...”; “Às vezes, tem que trabalhar mais que um homem...”; “A diferença é que não tem: faço o mesmo papel. Às vezes faz até mais. Só não furo poço...”; “Trabalha tudo por igual. Mexo com a terra, faço a minha parte, as que são minhas, só eu que faço...”. “A única diferença é que mulheres cuidam da casa e homens não”.

Ou então: “Os homens é que trabalham mais...”; “Só não arrumo canteiro” (considerado trabalho pesado); “Acho que homem tem que trabalhar, homem é homem, é mais forte...”; “Não preciso fazer, pois os homens trabalham na terra...”.

Compartilham representações sociais acerca do papel das mulheres as quais decorrem de redefinições dos problemas vivenciados, como pressupôs Moscovici (1978). Vivenciados em uma sociedade que estabelece diferenças de funções no trabalho, rerepresentando as mesmas construções que orientam as relações sociais de gênero. Mulheres que afinal ao se depararem com a realidade concreta, buscam se apropriar do mundo que as cercam. Um cotidiano de vida na roça que por vezes aproxima casa e trabalho, tornando-os quase que um a extensão do outro.

Reforçando essa naturalização de certa divisão sexual de trabalho, por meio da qual às mulheres competem os trabalhos “leves” e aos homens, os “pesados”, elas se referem como sendo de sua responsabilidade o cuidado da casa, dos filhos, da alimentação dos animais, etc.

Entretanto, nota-se que a reprodução das desigualdades se dá para além da divisão entre trabalho “leve” e “pesado”, como evidente no discurso de duas agricultoras: “Só ele vai pra cidade...”; “Ele trabalha mais pesado, opera tratorito...” No caso, as atividades relatadas por elas, “operar tratorito” e “ir a cidade” não conotam o uso de grande esforço físico de trabalho, porém, nessas ações estão implícitas as necessidades de qualificação e a distribuição de valor ao trabalho, pois que, dirigir uma máquina e ir à cidade, correspondem a atividades de maior valor, de maior status social. Então, evidencia-se que, na área rural, também há a desigualdade nas relações de trabalho pautada na presença da mulher em áreas e atividades com maior desvalorização, como coloca Antunes (2000), sobre a incorporação da força de trabalho feminina.

O que podemos perceber é que, de certa forma, nem todas as atividades são tão leves como deduzem. Algumas procuram justificar essas diferenças: “A mulher trabalha, mas é mais sensível, trabalha menos tempo...”. Representações que dialogam com a falta de valorização do trabalho doméstico, proposto por Bruschini (1982): “[...] apesar de necessário para a manutenção e reprodução da força de trabalho produtivo masculina, o trabalho doméstico feminino não recebe a mesma valorização, por não resultar na produção direta de mercadoria.”.

Apreendemos no discurso a delimitação do espaço doméstico como sendo próprio para o trabalho feminino: “Mulheres cuidam da casa, homens da produção...”; “Assim como na horta, quem é responsável é ele e eu ajudo, na parte doméstica é a mesma coisa, só se invertem os papéis...”.

Neste sentido, a divisão sexual do trabalho vai além da separação entre atividades “leves” e “pesadas”. Na área rural, como aponta Lago (1986: p. 131), “[...] a divisão sexual do trabalho em sociedades camponesas, é mais racionalmente explicável se considerarmos [...] a mulher encarregada do serviço na casa (unidade de consumo) e o homem, encarregado das tarefas na lavoura (unidade de produção)”.

Na reprodução familiar, segundo Bruschini (1982), a presença das mulheres é histórica, sempre coube a elas os cuidados com casa, alimentos, roupas, filhos, etc, a fim de proporcionar a possibilidade da renovação diária da força de trabalho e a formação de novos trabalhadores. São depoimentos nesta direção: “No trabalho doméstico, mulher dá as coordenadas...”; “Obrigação de pôr os filhos na escola...”; “Cuidar da casa”. Essa é realidade reproduzida no PDS Boa Esperança. As mulheres foram unânimes em considerar pouco expressiva a participação dos homens nas atividades domésticas.

Dessa forma, vão denotando as representações sociais construídas acerca do papel das mulheres, nas quais estão presentes, “[...] elementos míticos, afetivos, religiosos, culturais, tradicionais, ligados a status, poder, prestígio, etc.”, conforme destaca Guareschi (2000: 69). São motivações e forças que as levam a fazer o que fazem, a compreenderem e significarem as situações e os fatos.

Em um caso específico, a compreensão sobre o papel da mulher resume-se à mera “ajuda” ao trabalho do homem, como por exemplo: “Molhar horta quando precisa, caso eles não estiverem...”; “Ajudo a vender na rua...”.

Há uma peculiaridade dos dois casais em que ambos, mulher e homem, participam da cooperativa: compartilham também todas as decisões sobre os recursos financeiros da família, compras, comercializações, participação em projetos, etc: “a gente decide tudo junto, dinheiro, venda, tudo...”.

Concomitantemente à participação das mulheres no trabalho na agricultura familiar, compartilhando o trabalho no lote com seus parceiros, temos a presença de algumas delas à frente na representatividade coletiva, participando dos conselhos da COOAABE e também, representando a Cooperativa em colegiado regional. E ainda, organizam atividades culturais e sociais, como festas juninas, participam de reuniões diversas e de atividades educativas, como cursos e oficinas, a convite de parceiros como a Incop Unesp Assis, a Fundação Instituto de Terras de São Paulo - ITESP, responsável pela assistência técnica ao PDS.

Mulheres que reconhecem na cooperativa a oportunidade para o escoamento da produção, especialmente por meio da execução de projetos (programas governamentais) e com a comercialização na Rede “Trem Bão”.

Neste contexto de agricultura familiar das/os assentadas/os do PDS Boa Esperança é flagrante a participação intensa da grande maioria das mulheres na produção de hortifrutigranjeiros e de produtos processados. Como tantas outras mulheres, assumem a dupla jornada de trabalho ao acumularem o trabalho do campo às atividades de cuidados da casa e dos filhos. Ou seja, participam ativamente do trabalho produtivo e mantêm sob sua responsabilidade o trabalho reprodutivo, para o qual, em geral, não contam com o apoio dos companheiros. Experiências que confirmam os apontamentos de Siqueira (2002: p. 26), “[...] a dupla jornada de trabalho das mulheres mantém-se praticamente inalterada, uma vez que a despeito de seu trabalho extra doméstico, a divisão de trabalho na família vem sendo perpetuada, sem que haja uma redistribuição de responsabilidades neste âmbito”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar produz mais da metade dos alimentos consumidos no Brasil, sendo esse estudo apenas recorte da realidade brasileira.

Apresentamos o perfil socioprofissional das/os agricultoras/es da COOAABE e também representações sociais de mulheres quanto ao papel que têm na família, no trabalho e na cooperativa, no PDS Boa Esperança.

Um perfil socioprofissional que apresenta um grupo com: 70% de mulheres; 60% de agricultoras/es não brancos; 60% com escolaridade equivalente às séries iniciais do Ensino Fundamental; predominância de composição familiar com filhos; renda familiar formada pela comercialização de hortifrutigranjeiros e produtos processados artesanalmente em projetos (programas governamentais de acesso ao mercado), feiras e Rede “Trem Bão”; duas famílias conta com renda advinda de trabalhos externos, sendo que em uma delas é o próprio assentado quem acumula ao trabalho no lote, o trabalho formal em indústria.

Com relação ao acesso às políticas públicas voltadas para a instalação de assentadas/os e o fortalecimento da agricultura familiar em assentamentos rurais, constatamos que todos contaram com os recursos disponibilizados, Cabe destacar que as famílias que acessaram o PRONAF inicial (R\$25.000,00) (apenas quatro) apresentam melhores condições de produção e de comercialização.

As mulheres da COOAABE, em geral, se reconhecem como participantes ativas, capazes de realizarem atividades igualmente aos homens, com exceção do “trabalho mais pesado”. Apesar da alegação de não reconhecerem diferenças entre homens e mulheres, a grande maioria declara com naturalidade ser responsável pelas atividades domésticas. Representações sociais do papel de mulheres que se dedicam tanto ao trabalho produtivo na agricultura familiar, como se responsabilizam pelo trabalho reprodutivo, cuidando dos filhos e demais atividades domésticas.

Avaliamos que o banco de dados resultante da sistematização dos dados obtidos poderá subsidiar tanto a elaboração de planos de trabalho com vistas ao desenvolvimento social e econômico da cooperativa, quanto à construção e ao fortalecimento de políticas públicas voltadas para as famílias assentadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do Trabalho. 3 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reta; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. INCRA. **II Programa Nacional da Reforma Agrária**, 2003. Disponível em: <
,http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/pnra/II_PNRA.pdf>. Acesso em 14 jul. 2018.

BRUSCHINI, C. A mulher e o trabalho. In BRUSCHINI, C. e ROSEMBERG, F. (Orgs) **Trabalhadoras do Brasil**. São Paulo: Brasiliense/Fundação Carlos Chagas, 1982.

CUNHA, A. D. C. Relações de gênero na agricultura familiar no perímetro irrigado de São Gonçalo (PB). In BRUSCHINI, C. e BUARQUE DE HOLLANDA, H. (Orgs.). Horizontes Plurais: **Novos estudos de gênero no Brasil** (p.195-224). São Paulo: FCC; São Paulo: Ed. 34, 1998.

D'ÁVILA, L. D. G. **Crédito fomento mulher**: redefinindo a participação da mulher no processo produtivo familiar: um estudo de caso nos projetos de assentamento Mata Verde e Timbó. 107 f. Dissertação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2016.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ – FETAEP. **Plano Safra Plurianual da Agricultura Familiar - PRONAF 2017-2020**, 2016?.

FONSECA, T. M. G. **Gênero, Subjetividade e Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUARESCHI, P.A. Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.A. et al. **Os construtores da informação**: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 69-78.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo Demográfico**, 2010: Famílias e Domicílios. 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amos tra.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Brasil). **Reforma Agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/reformaagraria>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

_____. **PDS**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. **Assentados SR 8**. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

_____. **Novo crédito instalação**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao>. Acesso em 20 jul. 2018.

JOVCHELOVITCH, S.. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P; JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 63-88.

LAGO, M. C. S. Trabalho feminino, trabalho improdutivo? **Revista de Ciências Humanas**, V (8), 129-133, 1986.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, P.; JAVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

SÁ, C. P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano**: representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 19-35.

SÃO PAULO (Estado). **Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social - PPAIS** – Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/ppais/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In COSTA, A.O. e BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma Questão de Gênero** (p. 183-215). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SIQUEIRA, M. J. T. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. **Psicologia: Organizações e Trabalho**, 2 (1), 11-30. , 2000.